

“Meu Amor, Londrina é trans e travesti”: o midiatravismo como desdobramento da comunicação popular e comunitária, na reparação histórica de protagonistas “T” do norte pioneiro do Paraná¹

Reginaldo MOREIRA²
Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

RESUMO

Este artigo apresenta os processos de produção de documentários realizados pelas travestis do Coletivo ElityTrans, da cidade de Londrina/PR, a partir dos pressupostos da comunicação popular e comunitária, participativa e democrática. A forma contra hegemônica às lógicas capitalísticas das mídias mercadológicas, tiveram o objetivo de reparação histórica do ativismo pioneiro da população T na construção da cidade. A proposta metodológica foi a Cartografia Sentimental, que transversalizou os processos vivenciais. A comunicação emancipadora utilizada foi denominada mídiaTRAVISMO, pois coloca as travestis no centro da produção midiática, que falam por si mesmas, sem interferência de editores ou sem as marcas estigmatizadoras, que as mídias produzem sobre suas vidas, possibilitando que elas possam proclamar suas existências e lutas.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação Popular e Comunitária; Travestis; Londrina; Documentário; Midiatravismo.

Introdução

A cidade de Londrina, localizada no Estado do Paraná, na região sul do Brasil, foi fundada há 85 anos. O significado do seu nome, “pequena Londres”, traz em si todas as marcas brancas, elitistas, eurocentradas e heterocisnormativas³, pertinentes ao colonialismo imposto às regiões e aos corpos que ali viviam, praticados nos processos de colonização da América Latina. A cidade orgulha-se de seus processos de fundação e valoriza os pioneiros na sua construção, produzindo narrativas constantes de diversas formas tradicionais, como museus, livros, pesquisas científicas, valorando os colonizadores, porém, invisibilizando as populações subalternizadas neste processo, como pobres, negros, indígenas e a população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais,

¹ Trabalho apresentado GP Comunicação para a Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Docente do Departamento de Comunicação, da UEL, email: regismoreira@uel.br

³ A heterocisnormatividade é o conjunto de regras que atuam sobre os corpos, com o intuito de delimitarem e os enquadrarem nos moldes da matriz cultural hegemônica.

Travestis, Transexuais, Queers⁴, Intersexos, Assexuais e outros gêneros) e outras minorias.

O artigo “Meu amor, Londrina é trans e travesti”: o midiatravismo como desdobramento da comunicação popular e comunitária, na reparação histórica de protagonistas “T”⁵ do norte pioneiro do Paraná, apresenta uma contribuição à interseccionalidade de gênero e classe, encontrando na comunicação popular e comunitária mais que um ferramental, mas uma forma de organização e potencialização do próprio movimento social da população T e a produção do midiatravismo. Os documentários produzidos pelas travestis, pioneiras do movimento social na cidade, tiveram o objetivo de reparação ao direito de terem a história contada pelas bocas que a vivenciaram, rompendo a lógica histórica midiática capitalística, que, via de regra, privilegia fontes oficiais.

A negação dos direitos, da cidadania, as violências e a morte precoce

O Brasil é o país que mais mata a população T no mundo, cuja expectativa de vida ainda está na casa dos 35 anos. Além disso, o país ainda acumula o ranking de ser o que mais mata a população LGBTQIA+, como também de ser um dos países que mais assassina ativistas sociais. Os corpos T são considerados dissidentes, abjetos e corpos que não importam, que não tem direito à vida em sua plenitude, à uma vida vivível. Esses corpos são incessantemente violentados e classificados como doentes, criminosos, perigosos, não contemplados com políticas públicas, na negação de uma saúde integral, que possibilite acesso à educação, trabalho, moradia, vida afetiva, participações sociais das mais diversas ordens e cidadania. Todas essas classificações, disciplinarizações e negações, impõem sobre esses corpos uma morte social e, na maioria das vezes, a morte física, com assassinatos transfóbicos, brutais e punitivos. Para Butler,

Há alguma maneira de vincular a questão da materialidade do corpo à performatividade de gênero? Como a categoria “sexo” figura no interior dessa relação? Consideremos primeiramente que a diferença sexual é muitas vezes invocada como uma questão de diferenças materiais. Entretanto, a diferença sexual é sempre uma função de diferenças materiais que são, de alguma forma, marcadas e formadas por práticas discursivas. Ao mesmo tempo, alegar que diferenças sexuais são indissociáveis das demarcações discursivas não é o mesmo que afirmar que o discurso produz a diferença sexual. A

⁴ Apesar da Teoria Queer reivindicar o lugar de monstro, para além dos enquadramentos da sigla LGBTQIA+, fiz a opção por utilizar o “Q” na sigla, para dar amor visibilidade, não como forma identitária, mas como tensão às identidades nela contidas.

⁵ A letra T, da sigla LGBTQIA+, representa homens e mulheres transexuais, travestis e transgêneros.

categoria “sexo” é, desde o início, normativa; é o que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, então, “sexo” não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla. Assim, “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização se impõe e se realiza (ou fracassa em se realizar) por meio de certas práticas altamente reguladas. (BUTLER, 2020, p. 15/16)

As normalizações e normatizações disciplinadoras, reguladoras e classificatórias enquadra os corpos da população T como dissidentes, dissonantes, imprimindo menor valor às suas vidas, por subverterem a ordem estabelecida dos enquadramentos e expectativas, e, desta forma, são estigmatizados. A norma é heterocisgênera, calcada no domínio e controle dos corpos. Os corpos que ousam romper as amarras das cordas normativas, ou que rompem essas amarras pelo simples fato de existirem enquanto raça, gênero, classe; são punidos violentamente em nossa sociedade, pagando, muitas vezes, com as próprias vidas.

Cabe-nos questionar: qual o valor do valor da vida, numa sociedade que normaliza que travestis e homens e mulheres transexuais morram aos 35 anos? Quem pode viver e quem deve morrer? Como nos alertou Judith Butler em seu artigo “De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?” A naturalização diante das pessoas mortas, dos corpos que não são dignos de luto, pois estavam mesmo condenadas à morte. Corpos que já não possuíam uma vida vivível pela maquinaria do capital, que resiste, insurge pela própria sorte ou pelo poder dos movimentos sociais. Corpos negligenciados pelo poder hegemônico, higienista, fascista, destruidor de direitos, massacrador de sonhos e outros mundos possíveis.

A invisibilização, inclusive dos veículos LGBTQIA+

Historicamente a população LGBTQIA+ foi representada da pior forma possível. Os primeiros registros constam nos autos de processos policiais, em que esta população era enquadrada enquanto criminosa. Junto a esses registros, a medicina tentava por métodos questionáveis, os enquadrar como doentes. Foi somente no ano 1990, que a homossexualidade deixou de ser considerada doença pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e somente em 2018 foi realocado do capítulo de “transtornos mentais de identidade de gênero” para “condições relativas à saúde mental”. Já a transexualidade, somente em 2019 foi retirada da classificação como transtorno mental, da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), para

integrar o de “condições relacionadas à saúde sexual”, porém ainda foi classificada como “incongruência de gênero”.

Sobre tais representações históricas, os autores James Green e Ronald Polito, no livro “Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)”, revelam, entre outras coisas, a invisibilidade da população de homens e mulheres transexuais e travestis nos processos históricos, generalizando-os como homossexuais masculinos afeminados. Esses registros policiais e medicinais trazem toda carga de estigmas, na tentativa de criminalizar ou enquadrar esta população como doente, como perigosa, como vidas que valem menos. São nos registros policiais e da medicina que se encontram as primeiras representações da população LGBTQIA+ e dessa união entre a medicina e o aparato jurídico-policial.

Os médicos tinham conceitos sobre o que era normal ou anormal, que os orientavam para caracterizar o homossexualismo como doença ou não. Tentavam discriminar os homossexuais como passivos, ativos ou mistos e procuravam também causas para explicar a existência de homens assim, fossem hereditárias, psicanalíticas, biotipológicas ou endocrinológicas. É extensa a aproximação entre médicos e aparato jurídico-policial, cabendo à polícia capturar homossexuais considerados delinquentes e entregá-los a pesquisadores do campo da medicina para “estudos”. Uma vez apanhados pela lei, os homossexuais teriam dois destinos distintos, mas idênticos do ponto de vista do seu resultado: o confinamento. Se o conhecimento médico atestasse sua “doença”, poderiam ser encaminhados para tratamento clínico específico; se não, poderiam ser tratados como criminosos comuns. E, se houvesse uma doença, os médicos também planejarão os “remédios” e as “profilaxias” possíveis ao caso. (GREEN & POLITO, 2006, p. 21)

Vale ressaltar que as experiências da medicina e as intervenções da polícia se deram, no Brasil, sobre a população pobre. Os LGBTQIA+ ricos eram poupados dessas estigmatizações e estavam “protegidos” dos deploráveis métodos empregados.

Tal como outros grupos oprimidos da sociedade, eles entraram para a história na precisa medida em que foram detectados, estudados e controlados pelos grupos heterossexuais, dominantes desde sempre no conjunto social. Mais especificamente ainda, foram geralmente os homens pobres, lançados na mais absoluta miséria econômica, os que se viram investigados e esquadrihados pelas instituições policiais e científicas, sem terem nenhuma condição de se oporem a ter suas vidas e intimidade devassadas. Já os homossexuais masculinos da classe média ou da burguesia do Brasil sempre puderam escapar do cerco policial e médico implacável que foi armado, durante quase todo século XX, buscando classificá-los e condená-los. (GREEN & POLITO, 2006, p. 17/18)

Na imprensa, os LGBTQIA+ continuam a ser registrados em jornais, de forma estigmatizada. Sempre da vista de um ponto de uma imprensa mercantilista, elitizada, composta por jornalistas e intelectuais, que de modo vertical, imprimiram seus olhares a esta população, o que corrobora para a manutenção de uma imagem negativa acerca desta população.

Como não é difícil de imaginar, a maioria das fontes acerca dos homossexuais masculinos não foi produzida por eles próprios. Com efeito, levando-se em conta os inúmeros preconceitos e perseguições sofridos pelas minorias sexuais, foram raríssimos aqueles que ousaram deixar testemunhos de próprio punho acerca de sua condição, pelo menos até os anos 1960. (GREEN & POLITO, 2006, p. 17)

Algumas iniciativas de colunas na grande imprensa e boletins gays começam a surgir no final dos anos 70, mas foi somente com a fundação do jornal *Lampião de Esquina*, no ano de 1978, durante a ditadura militar, pós período do Ato Institucional (AI) 5, que um grupo de homossexuais consegue formatar um periódico mensal, revelando pontos de vista da população homossexual, para a população homossexual.

(...) O *Lampião* não pretende solucionar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz. (GREEN & POLITO, 2006, p. 183)

Porém, há de se destacar, que no grupo idealizador e produtor do *Lampião*, não há a participação de homens e mulheres transexuais ou travestis, o que denota, que mesmo sendo uma conquista ao universo LGBTQIA+, ficou de fora de sua estrutura pensante, a população por nós pesquisada.

O *Lampião da Esquina* teve duração até o ano de 1981 e fez parte de uma imprensa denominada alternativa e de resistência. A partir do fim da ditadura militar e da reorganização política democrática, as potentes ações dos movimentos sociais suscitaram um novo tipo de comunicação, cujo conteúdo fosse realizado pelos movimento sociais que se rearticulavam para a redemocratização do Brasil, para as transformações necessárias, para a reconstrução das cidadanias, das lutas, das leis, tendo a Constituição Federal de 1988, como um importante marco; assim como a criação do Sistema Único de

Saúde (SUS), entre tantas importantes pautas na reconstrução da democracia, maculada pelos 20 anos de ditadura militar.

A proposta metodológica que transversaliza toda experiência

Toda construção dos documentários, se deu a partir dos encontros do desejo da idealizadora dos vídeos, Crhistiane Lemes, coordenadora do Coletivo ElityTrans - movimento da população T de Londrina; somado à participação das convidadas depoentes do movimento e participação dos estudantes da graduação e pós-graduação em Comunicação Popular e Comunitária. Essa somatória de forças e contribuições foi transversalizada metodologicamente pela proposta da Cartografia Sentimental, de Suely Rolnik (2007), que se inspira na Cartografia desenvolvida por Deleuze e Guattari (2005). Os vídeos representam os processos rizomáticos das afetações e os agenciamentos das travestis, revelando os eixos norteadores de sentido, as territorializações e desterritorializações, as paisagens psicossociais dos percursos, as conexões, por meio de platôs existenciais das participantes. Os depoimentos das cartografadas revelaram pontos de vista singulares e plurais, das que produziram os veículos audiovisuais, de forma participativa, democrática, populares e comunitários, revelando suas subjetividades e contribuições ímpares na construção da cidade de Londrina.

A cartografia sentimental levou-nos a uma viagem pela trajetória de vida das participantes, com acontecimentos que implicaram em novos disparadores para a composição videográfica. Esta proposta metodológica possibilita a validação das subjetividades como verdade científica, a partir das afecções, dos corpos vibráteis e dos processos rizomáticos, que produzem sentidos a partir do experimentar na própria pele. Essa proposta não pressupõe hipóteses a priori, nem objetos, nem início ou fim. O que a norteou foram os processos, as vivências em ato, num percurso, que implica na produção de novos sentidos, eixos e conexões tanto na vida de todas as pessoas envolvidas.

Neste processo, o conhecer demandado será um conhecer militante, um saber que não pode deixar de ser singular, ou quase particular, que faça sentido para quem está no processo sob análise, e que poderá fazer sentido para os outros que compõem o cenário protagônico em interrogação. (MERHY, 2004, p. 13)

A proposta metodológica desta pesquisa, não se propõe isenta, imparcial e distante, como se a rigidez fosse sinônimo de rigor científico. Ou como se a verdade científica estivesse atrelada a distanciamentos de pesquisadores observadores não

implicados. Para a realização deste trabalho, a inserção dos pesquisadores (professor e estudantes) é que validou as verdades dos corpos, tanto das travestis quanto de todos os envolvidos. Tal proposta contra hegemônica de produção do saber tem sido um caminho possível para tornar a ciência, de fato, potente e livre de academicismos, que se baseiam tão somente em conceitos representação, enquanto que a proposta cartográfica busca os conceitos vivência, sendo os pesquisadores também cartógrafos, e também, segundo Rolnik, antropófagos.

Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades do seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. O cartógrafo é, antes de tudo, um antropófago. (ROLNIK, 2007, p. 23)

A validação da verdade por meio do saber militante e implicado, possibilitou a existência da subjetividade na construção por meio da cartografia sentimental, que é teórica, pragmática e poética. Esses processos de devoração antropofágicos e de retroalimentação, possibilitam a ressignificação e a validação dos territórios, das verdades e das trajetórias de vida. Rolnik (2007) observa a transformação dos territórios, com seus modos de subjetivação, seus objetos e saberes, compondo-se e decompondo-se, em processos de territorialização e desterritorialização, para criação de novos mundos. São sempre processos rizomáticos, de somas e do que se encontra no “entre” e nas conexões, como definem rizoma, os autores Deleuze e Guattari.

Um rizoma não começa, nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...” Há nessa conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. (...) É que o meio não é uma média; ao contrário, é o lugar onde as coisas adquirem velocidade. Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 37)

Nas conexões “e” desses processos rizomáticos, os corpos vibráteis potencializaram os encontros. O sentimental proposto por Rolnik, está longe de significar sentimentalismos, mas traz no seu significado as relações de afeto, o estado de ser afetado

por alguém, alguma causa, pelo território, pelo mundo. Portanto, a metodologia aplicada reuniu territórios existenciais das cartografadas. A criação de novas imagens que representassem as T, livres de estigmas impostos socialmente e historicamente buscaram inspiração nas palavras inexatas, para se designar algo exatamente, segundo Deleuze e Parnet (1977), a partir da experiência que se viveu. Segundo Moreira,

A experiência que se vive é como se fosse uma correnteza que avassala a vida dos participantes do projeto e que não cabe em tubos de ensaio. A força das águas, mais que sua composição química, nesse contexto correnteza, é o que nos impulsiona, pois é água viva repleta de movimentos e conexões; rio, movimento que alarga o leito margem afora, mesmo que o rio analisado possa ter o leito acidentado em maior ou menor intensidade, que os considerados “normais”. Muitos rios, que por anos foram estancados e tiveram suas águas represadas, podem dar vazão à sua expressividade (...), sem que isso signifique falta de direcionamento, pois o próprio leito funciona como um canalizador das águas da nascente que tornará correnteza. Nos terrenos mais acidentados é que nascem as cachoeiras, só neles. (MOREIRA, 2014, p. 38)

Por meio da cartografia, o trabalho objetivou descobrir as redes produção de sentido e (re)significação das trajetórias das participantes, com a produção dos meios de comunicação democráticos, populares e comunitários. Os processos de produção e o resultado dos documentários tiveram como norte a construção coletiva dessas novas mídias e puderam contribuir para reparação histórica e (re)construção de cidadania desta população.

Os processos de produção

Os documentários trazem para a cena outras fundamentais representações e representatividades. As travestis da cidade e seus ativismos, compõem cinco vídeos individuais e um documentário coletivo, idealizados por umas das protagonistas do movimento social.

Os filmes são resultado de três anos de produção participativa e democrática junto ao ElityTrans, a partir do Projeto de Extensão Universitária denominado “Plataformas Digitais: a produção comunitária de novas narrativas alternativas ao discurso hegemônico, como dispositivo de produção de novos sentidos”, que integra o Observatório de Políticas Públicas e Educação em Saúde. Participaram da construção dos vídeos, estudantes da graduação e especialização em Comunicação Popular e Comunitária, nas oficinas e práticas laboratoriais da Universidade Estadual de Londrina, ministrados pelo Professor Reginaldo Moreira. Foram cerca de trinta pessoas envolvidas

em todo processo de criação, locação, produção, filmagem, roteirização e edição, realizados de maneira participativa, de forma rodiziada nas funções, possibilitando que as pessoas envolvidas no processo pudessem experimentar todas as funções na criação dos vídeos. Os equipamentos utilizados foram dos próprios participantes, uma vez que os disponíveis na UEL se tornam inacessíveis, por questões burocráticas ou de sucateamento dos aparelhos. Todo financiamento das viagens, visto que algumas travestis já não moravam mais na cidade de Londrina, como também traslados da equipe e produção foram bancados pelos colaboradores.

O processo de construção dos vídeos e suas exposições foram e tem sido importantes dispositivos de descolonização dos corpos e memória social, reparando historicamente a participação pioneira e diversa na construção da cidade. A comunicação popular e comunitária empregada em todo processo possibilitou dispositivos de autoafirmação e resistência, permitindo o registro do legado destas protagonistas, por meio da linguagem audiovisual. A valorização das oralidades se deu por meio da multiplicidade de vozes, rompendo com as lógicas de subalternidades silenciadas, impostas historicamente à população T, restabelecendo o direito de falarem por si mesmas, para além das bocas que nomeiam o mundo, pertencentes aos colonizadores e seus herdeiros.

O Coletivo ElityTrans foi criado em 2012, com a compreensão e a necessidade de organização da comunidade de homens e mulheres transexuais e travestis, diante da realidade devastadora de assassinatos e desassistências diversas, que essa população enfrentava. Desde então, o grupo de militância luta por uma sociedade mais justa e igualitária, por um mundo em que a convivência com as diferenças e os diferentes seja possível. As principais lutas de resistência do grupo se dão contra a transfobia, a lgbtqia+fobia, contra todo tipo de violência social à população T, pela garantia de direitos civis e pela saúde integral dos e das envolvidas.

O projeto “Meu amor, Londrina é trans e travesti” reúne cinco vídeos das ativistas Melissa Campus, Edison Bezerra (Minibi Balesteiros), Vanessa Murça, Christiane Lemes e Marla Rocha, além de um documentário geral, que reúne todas essas narrativas. O projeto de criação dos documentários teve o intuito de revelar histórias do início da luta por direitos, desta população, que ainda vive marginalizada pela sociedade, além de registrar o legado deixado pelas primeiras ativistas da população T.

A direção de todo processo foi de sua idealizadora, que esteve presente durante todo processo de forma ativa, fazendo com que a equipe pudesse traduzir os desejos do movimento social, para a linguagem audiovisual. No final de 2019, um grupo de estudantes de jornalismo finalizou o processo de roteirização e edição dos vídeos, junto com a idealizadora. Assim foram criados cinco mini documentários, em que as travestis narram suas trajetórias, como também um vídeo completo, em que essas narrativas foram editadas com as falas das diversas depoentes.

Ao longo do processo várias parcerias e apoios foram se somando na realização dos trabalhos, como Canto do MARL (Movimento dos Artistas de Rua de Londrina); Departamento de Comunicação do CECA (Centro de Educação, Comunicação e Artes), da UEL; Observatório Microvetorial de Políticas Públicas e Educação em Saúde , tanto a nível nacional como no âmbito da UEL; Linha de Pesquisa Micropolítica do Trabalho e Cuidado em Saúde da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro); além de apoiadores voluntários, como Jair Sambudio e Vinícius Yoma Bueno.

Desta forma foi lançado o documentário completo em dezembro de 2019, numa das salas do Centro de Educação, Comunicação e Artes, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), aberto à toda comunidade. Ao final foi realizado um debate do público com algumas das travestis participantes. Dia 29 de janeiro de 2020, o Coletivo ElityTrans lançou os outros cinco mini documentários, em comemoração ao Dia Nacional da Visibilidade Trans, desta vez tendo as plataformas digitais Youtube como veiculadores principais.

Um canal no Youtube foi aberto e hospeda os documentários, que podem ser acessados por meio dos seguintes links:

Christiane Lemes: <https://www.youtube.com/watch?v=e0W05to1XII>

Marla Rocha: <https://www.youtube.com/watch?v=3RI-gEXjLXY&t=19s>

Vanessa Murça: <https://www.youtube.com/watch?v=3z7x08tNZjM>

Melissa Campus: <https://www.youtube.com/watch?v=BCRa0iX3pM8>

Edison Bezerra (Minibi Balesteiros):

<https://www.youtube.com/watch?v=rbOloSg83GM&t=17s>

Documentário completo: https://www.youtube.com/watch?v=cM_DDzZsbZU

O mídiaTRAVISMO: A importância da comunicação popular e comunitária como dispositivo de emancipação e cidadania

Todo processo de criação junto ao Coletivo ElityTrans, com o objetivo de dar materialidade ao desejo de sua coordenadora e deixar um legado registrado na memória da cidade, foi desenvolvido a partir dos pressupostos da comunicação popular e comunitária, com formas acessíveis, participativas e democráticas, com a disponibilização de tecnologias e parcerias necessárias para sua realização. Os aspectos da comunicação popular que podem ser verificados nesta construção coletiva, se apresentam a partir do movimento social das travestis e homens e mulheres trans, na sua luta pelos direitos e emancipação das subalternizações impostas a esta população. Para Cicília Peruzzo:

Quando se fala em comunicação popular, parece claro, à primeira vista, que se trata de uma comunicação do povo. Mas o adjetivo “popular” abrange uma multiplicidade de significados diferentes, sendo consensual apenas que tem a ver com “povo”. Assim, é da definição de “povo” que se parte para explicitar o que é “popular”, embora essa categoria encerre a mesma problemática, podendo ser compreendida de várias maneiras.

(...) A maioria dos estudos da comunicação popular, na perspectiva dos movimentos sociais, parte do pressuposto de que povo são as classes subalternas, submissas, econômica e politicamente, às classes dominantes. (PERUZZO, 1998, p. 116/117)

Nesta contraposição às classes dominantes, o Coletivo ElityTrans reivindicou, por meio dos documentários produzidos, a narrativa história de homens e mulheres transexuais e travestis, que estavam sendo invisibilizados na construção da cidade, rompendo com as lógicas dominantes capitalísticas de pontos de vista colonizadores, elitistas, brancos e heterocisnormativos, de quem escreve, preserva e difunde a história oficial. O conteúdo dos vídeos é crítico e emancipador das relações de poder que as oprime e mata. Refletindo sobre o aspecto crítico-emancipador da comunicação popular, Peruzzo reflete:

Ela encerra uma crítica da realidade e um anseio de emancipação, na luta por uma sociedade justa. Como produto de uma situação concreta, seu conteúdo, nos últimos anos, é essencialmente configurado por denúncias de condições reais de vida, oposição às estruturas de poder geradoras de desigualdades, estímulo à participação e à organização, reivindicações de acesso a bens de consumo coletivo etc. (PERUZZO, 1998, p. 125)

No tocante aos aspectos comunitários do que produzimos, podemos considerar “uma importante alternativa para se contrapor ao monopólio midiático imposto pelas

grandes corporações nacionais e internacionais de comunicação” MIANI (2006). A ruptura subversiva aos modos capitalísticos de produção midiática das grandes corporações, faz com que os documentários revelem outras formas de comunicação, gerando sentidos e pertencimentos aos participantes, numa contrahegemonia mercadológica, que tomam a comunicação como valor de troca.

De maneira mais decisiva, a contribuição da comunicação comunitária ao processo de disputa pela hegemonia no campo da comunicação se efetiva no momento mesmo em que possibilita uma ruptura com a concepção e o modo de fazer comunicação das grandes empresas do setor, que configuram o monopólio midiático. As experiências comunicativas derivadas de uma comunidade se desenvolvem a partir de valores e objetivos que rompem, na sua grande maioria, com a natureza restrita do produto comunicativo imposto pelas corporações midiáticas, tomado como mercadoria dotada essencialmente de valor de troca. Na comunicação comunitária, o valor de uso é reabsorvido e ganha novos sentidos e contornos na dinâmica da produção e circulação de informações entre os integrantes de uma determinada comunidade. (MIANI, 2016, p. 230)

Esses modos participativos de produção de comunicação cidadã, midiativista, medialivrista, radical, emancipadora, independente, alternativa, ou seja qual for a nomenclatura a ser designada, é essencialmente contra hegemônica. A esta comunicação utilizada no projeto denominei de midiatRAVISMO, pois coloca no centro de produção midiática as travestis, que falam por si mesmas, sem interferência de editores, ou sem as marcas estigmatizadoras que as mídias produzem sobre suas vidas, as representando, via de regra como pessoas perigosas, criminosas ou doentes. O midiatravismo possibilita que as bocas que falem sejam das próprias travestis e não outras. Revelam seus lugares de fala, a partir das realidades vividas e da estética dos seus viveres. O midiatravismo é um movimento de desconstrução de velhos mundos, para o surgimento dos novos potentes mundos, amplos de significados, em que todos os corpos caibam e sejam contemplados por políticas públicas e uma vida digna. O midiatravismo se apresenta como um dispositivo de comunicação, possibilitando acessos, participações, produções e veiculações insurgentes, para que homens e mulheres transexuais e travestis possam proclamar suas existências, a beleza de suas vidas, dos seus lugares de pertencimento e de suas existências únicas, plurais, diversas; que possam reivindicar a garantia de seus mais amplos direitos e, principalmente, o seu direito à uma vida vivível!

Considerações finais: a fragilidade como potência de resistência

Os documentários produzidos pelas travestis, com a participação de estudantes de comunicação, apresentaram aspectos populares e comunitários de comunicação, possibilitando novas narrativas do protagonismo da população T e os ativismos políticos das movimentações e movimento social que desencadearam na luta pelos seus direitos. A esta nova forma de produção contra hegemônica, que subverte as lógicas capitalísticas de produção da comunicação como mercadoria, focadas no valor de troca, surge o midiatravismo, uma vez que traz para a cena principal, a população T, tão estigmatizada historicamente pela grande mídia. As contribuições destes vídeos abrangem os mais variados aspectos sociais, econômicos, científicos e históricos, uma vez que possibilitam a criação de uma nova imagem social das T.

Além da reparação histórica proposta pelos audiovisuais, eles se colocaram a serviço da criação de novas imagens desta população junto ao imaginário social, que venham a ampliar os acessos e os direitos diversos, sobre a saúde integral, sobre o próprio corpo, sobre a sexualidade, sobre a identidade, nome social etc. Esses direitos, que via de regra são negados a esta população, interferem nos aspectos econômicos das envolvidas, que não conseguem ser admitidas no trabalho formal, ou, com sorte, as que conseguem alguma colocação no mercado, ficam restringidos a empregos ligados à estética, à moda ou à faxina. A dura realidade é que a rua acaba sendo o lugar pra onde a sociedade as empurra e, na grande maioria das vezes, a prostituição acaba sendo a única forma possível de sobrevivência, as expondo a todo tipo de violências, riscos e às mais diversas vulnerabilizações. Acreditamos que os documentários possam contribuir para o convívio e ampliação de alteridade, deslocando estigmas, preconceitos, tendo a comunicação popular e comunitária, experienciada em suas bases democráticas e participativas.

O protagonismo T como produtoras de pontos de vista importantes sobre as realidades sociais plurais, revelou narrativas insurgentes de resistência. As produções foram e são importantes contributos para a ocupação da população de homens e mulheres transexuais e travestis no meio acadêmico, ainda que de modo incipiente, a partir da validação da verdade de seus saberes militantes, vivenciados na própria pele.

Os documentários tiveram exhibições na própria universidade, num evento aberto a toda comunidade, com a participação das travestis depoentes e da diretora do projeto. Depois seguiram para as redes sociais e para um canal do YouTube. No início desse ano, o vídeo fez parte de uma mostra, realizada pelo SESC (Serviço Social do Comércio) de Londrina, sobre feminismo, da qual a diretora foi convidada a compor a mesa de debates pós-

exibição. O vídeo completo foi selecionado para o Festival de Cinema Cine Cequinha em Casa, mostra remota realizada por cineastas e produtores audiovisuais da cidade. Além disso, os lançamentos e exibições acabam por gerar inserções, como notícia espontânea, em diversas mídias da universidade e da cidade. No campo científico, uma monografia foi realizada como conclusão da Especialização em Comunicação Popular e Comunitária. Além disso, a experiência tem gerado pesquisas e artigos científicos sobre o processo de produção dos vídeos, o que tem sido apresentado em congressos na área da comunicação, saúde e direitos, tanto nacionais como internacionais.

Pelos vídeos, as bocas dos corpos decoloniais puderam falar por si mesmas, tensionando o domínio, nos mais diversos campos, com a produção de novas narrativas, por meio do midiatravismo, que instaura novos modos de existências coloridas, diversas e plurais. Esta forma subversiva de mídia participativa, tem o papel fundamental de denunciar os terrorismos sexistas, feminicistas, classistas, machistas, racistas, lgbtqia+fóbicos, transfóbicos, coloniais.

Pra finalizar, questiono: pra que mundo queremos voltar pós-Covid-19? De qual novo normal estamos falando? Uma sociedade que normaliza a violência e o terror contra corpos considerados dissidentes? É pra esse mundo de violência institucionalizada, é pra essa atmosfera de violência do “submeta-se ou morra” (BUTLER, 2020), que voltaremos? Os documentários, produzidos e lançados antes da pandemia do coronavírus, denunciam uma normatização para qual não desejamos voltar. Este trabalho contribui para que as travestis proclamem que continuarão a resistir, com produções de vida múltiplas e diversas. Ali, onde as normatizações só enxergam fragilidades, em seu sentido pejorativo, esta população revelou e tem revelado o quanto as precariedades são também potências e resistências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, J. **Corpos que Importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 edições, 2020.

BUTLER, J. **De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?** Artigo publicado no Jornal El País, Brasil, 2020. <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol 1. São Paulo: Ed. 34, 2005.

GREEN, J. & POLITO, R. **Frescos Trópicos**: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MERHY, E.E. **O conhecer militante no sujeito implicado**: o desafio em reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO, PERES, FOSCHIERA et alls. *Acolher Chapecó: uma experiência de mudança do modelo assistencial, como base no processo de trabalho*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MIANI, R. A. **Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático**. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 221-233, 2011.

MOREIRA, R. **A comunicação como dispositivo terapeutizante**: mais mediação, menos medicação. Rio de Janeiro: Rizoma, 2014.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007.